

04/09/2023

PLENÁRIO

**EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 858 BAHIA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. NUNES MARQUES</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS E EX-FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - ASCON</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: DARLAN DE JESUS OLIVEIRA</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. *AMICUS CURIAE*. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE.

1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal consolidou-se no sentido de os *amici curiae*, admitidos nos processos de natureza objetiva, não terem legitimidade para opor embargos de declaração, sendo inaplicável às ações reveladoras de controle concentrado de constitucionalidade a disciplina do art. 138, § 1º, do Código de Processo Civil.

2. Embargos de declaração não conhecidos, com determinação de certificação do trânsito em julgado e arquivamento imediato.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros

**ADPF 858 ED / BA**

do Supremo Tribunal Federal, em sessão virtual realizada de 25 de agosto a 1º de setembro de 2023, na conformidade da ata de julgamentos, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração formalizados pela Associação dos Funcionários e Ex-Funcionários da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Ascon) e determinar, ainda, a certificação do trânsito em julgado e o arquivamento imediato, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 4 de setembro de 2023.

Ministro NUNES MARQUES  
Relator

04/09/2023

PLENÁRIO

**EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 858 BAHIA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. NUNES MARQUES</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS E EX-FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - ASCON</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: DARLAN DE JESUS OLIVEIRA</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>

**RELATÓRIO**

**O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES:** O Governador do Estado da Bahia ajuizou esta arguição de descumprimento de preceito fundamental contra decisões proferidas pelos órgãos de primeira e de segunda instância do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região a determinarem a realização de atos constitutivos contra a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) e o próprio ente estadual. Busca ver adimplidas verbas devidas a empregados.

O Supremo, por unanimidade, conheceu em parte da arguição e, nessa extensão, julgou procedente o pedido formulado. Eis a síntese do acórdão:

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. DECISÕES JUDICIAIS. ENCERRAMENTO DA FASE EXECUTÓRIA COM ARQUIVAMENTO DEFINITIVO DOS AUTOS. CONHECIMENTO PARCIAL. MEDIDAS CONSTRITIVAS DO PATRIMÔNIO DO ESTADO E DE EMPRESA PÚBLICA PRESTADORA DE SERVIÇO

**ADPF 858 ED / BA**

PÚBLICO PRÓPRIO DO ESTADO DE NATUREZA NÃO CONCORRENCIAL. VIOLAÇÃO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES, DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA, DA LEGALIDADE ORÇAMENTÁRIA E DO REGIME DE PRECATÓRIOS.

1. Conforme ótica reiterada desta Corte, admite-se a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) para impugnar conjunto de decisões judiciais por meio das quais determinada a penhora, o sequestro ou o bloqueio de recursos públicos. Precedentes.

2. O Supremo Tribunal Federal possui entendimento pela inadequação da ADPF voltada à desconstituição da autoridade da coisa julgada material.

3. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido da aplicabilidade, às empresas públicas prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial, do regime de precatório próprio da Fazenda Pública (CF, art. 100).

4. Atos judiciais que determinam medidas constritivas de receitas públicas com a finalidade de satisfazer créditos trabalhistas violam os preceitos fundamentais da separação de poderes, da eficiência administrativa, da legalidade orçamentária e da continuidade dos serviços públicos (CF, arts. 2º; 60, § 4º, III; 37, *caput*; 167, VI; e 175). Precedentes.

5. Arguição de descumprimento de preceito fundamental conhecida em parte e, nessa extensão, julgada procedente, cassando-se as decisões judiciais que promoveram medidas constritivas por bloqueio, penhora, arresto, sequestro e liberação de valores de verbas públicas da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) e do Estado da Bahia, bem assim determinando-se a submissão daquela empresa ao regime constitucional dos precatórios.

A Associação dos Funcionários e Ex-Funcionários da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Ascon) opôs embargos de declaração. Alega omissão quanto ao pedido de distinção entre as atividades desempenhadas pela Conder – de natureza concorrencial e

**ADPF 858 ED / BA**

com divisão de lucros – e aquelas exercidas pelas empresas abrangidas pela tese firmada por esta Corte na análise do Tema n. 253 da repercussão geral – de natureza não concorrencial e sem divisão de lucros. Pede, em caso de manutenção da procedência dos pedidos, a modulação dos efeitos da decisão, com eficácia *ex nunc*, considerando-se a coisa julgada nos processos trabalhistas e afastando-se a exigência de devolução das verbas já pagas e dos depósitos recursais (esses últimos não fizeram parte do objeto desta ação). Alude ao decidido nas ADPFs 833, 556 e 616.

O Governador do Estado da Bahia preconiza, nas contrarrazões, o não conhecimento do recurso. Alega ausência de legitimidade recursal da embargante, que se encontra na condição de *amicus curiae*. Menciona precedentes. Diz inaplicáveis as disposições do art. 138, § 1º, do Código de Processo Civil às ações de controle concentrado de constitucionalidade, tendo em conta a especialidade do art. 7º, § 2º, da Lei n. 9.868/1999. No mérito, aduz inexistir omissão ou contradição. Sustenta que as razões recursais revelam mera pretensão de revisão do julgado. Postula o não conhecimento do recurso e, subsidiariamente, a rejeição dos aclaratórios.

É o relatório.

04/09/2023

PLENÁRIO

EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 858 BAHIA

### VOTO

**O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES (RELATOR):** Trata-se de embargos de declaração opostos pela Associação dos Funcionários e Ex-Funcionários da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Ascon), admitida nesta ação na qualidade de *amicus curiae*.

Ressalto, de início, que o Supremo tem prestigiado a relevante figura dos *amici curiae*. Constituem, sem dúvida, instrumento fundamental para a oitiva, em ações de largo espectro, de representantes de diversos núcleos da sociedade, observada a garantia do devido processo legal. Visam à ampliação do debate e à colaboração com a prestação jurisdicional, especialmente em processos de controle concentrado, considerada a repercussão da matéria.

Nada obstante, a jurisprudência consolidou-se no sentido de serem eles admitidos nos processos de índole objetiva e de não terem legitimidade para opor aclaratórios. Desse modo, não é aplicável às ações reveladoras de controle concentrado de constitucionalidade a disciplina do art. 138, § 1º, do Código de Processo Civil.

A possibilidade de questionamento ou impugnação de pronunciamento do Supremo encontra óbice na própria *ratio essendi* da participação do terceiro, isto é, a colaboração, sob o viés democrático, com a Corte. A manifestação que não sirva a essa finalidade sobrecarrega o Tribunal, razão por que pode ser obstada em prol da adequada prestação jurisdicional.

Ademais, o *amicus curiae* não se agrega à relação processual, tampouco se submete à sucumbência. Não exsurge, portanto, expectativa

**ADPF 858 ED / BA**

de resultado ou mesmo lesividade jurídica a oportunizar o recurso.

Nesse sentido, cito julgados resumidos nas seguintes ementas:

Embargos de Declaração nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 5.867 e 6.021 e nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade 58 e 59.

2. Ilegitimidade recursal de *amicus curiae* nas ações de controle concentrado. Precedentes.

3. Embargos de Declaração não conhecidos.

4. Erro material apontado nos Embargos de Declaração da AGU. Necessidade de correção.

5. Embargos de declaração conhecidos e providos, em parte, tão somente para sanar erro material.

6. Inexistência de obscuridade, omissão ou contradição no acórdão embargado. Tentativa de rediscussão do mérito das ações. Impossibilidade.

7. Modulação de efeitos realizada no julgamento de mérito das ações embargadas. Desnecessidade de rediscussão.

8. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

(ADC 58 ED, ministro Gilmar Mendes, *DJe* de 9 de dezembro de 2021)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EXTEMPORÂNEOS. INTERPOSIÇÃO ANTERIOR À PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO. EMBARGOS OPOSTOS POR *AMICUS CURIAE*. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE. PRECEDENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS.

(ADI 6.479 ED, ministra Cármen Lúcia, *DJe* de 14 de setembro de 2021)

Esse o quadro, entendo que a embargante não tem legitimidade para opor o recurso.

**ADPF 858 ED / BA**

Ante o exposto, não conheço dos embargos de declaração formalizados pela Associação dos Funcionários e Ex-Funcionários da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Ascon). Determino, ainda, a certificação do trânsito em julgado e ao arquivamento imediato.

É como voto.



**PLENÁRIO**

**EXTRATO DE ATA**

**EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL  
858**

PROCED. : BAHIA

**RELATOR : MIN. NUNES MARQUES**

EMBTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS E EX-FUNCIONÁRIOS DA  
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - ASCON

ADV.(A/S) : DARLAN DE JESUS OLIVEIRA (20784/BA, 59421/PE)

EMBDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA

INTDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, não conheceu dos embargos de declaração formalizados pela Associação dos Funcionários e Ex-Funcionários da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Ascon) e determinou, ainda, a certificação do trânsito em julgado e o arquivamento imediato, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 25.8.2023 a 1.9.2023.

Composição: Ministros Rosa Weber (Presidente), Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux, Roberto Barroso, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Nunes Marques, André Mendonça e Cristiano Zanin.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Assessora-Chefe do Plenário